

Apresentação

Bruno Nadai

Universidade Federal do ABC (Santo André, Brasil), orcid.org/0000-0003-2005-7066

Pedro Farhat

Universidade de São Paulo (São Paulo, Brasil), orcid.org/0000-0001-6575-0011

Os artigos deste volume abordam, de maneira direta ou indireta, aquela que é uma das mais instigantes e profícias obras do *corpus* kantiano, a *Crítica da faculdade de julgar*. Os autores aqui reunidos foram convidados a verter em texto e publicar suas comunicações orais apresentadas no Ciclo de Conferências intitulado “A *Crítica da faculdade de julgar*, pressupostos e desdobramentos”, evento virtual que teve lugar no ano de 2020 e foi promovido pelo Grupo de Pesquisa em Filosofia Alemã: Crítica, Método e Dialética, da UFABC, com apoio do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFABC¹.

Como sabem os leitores familiarizados com a filosofia kantiana, a *Crítica da faculdade de julgar*, publicada em 1790, representou uma ampliação do escopo do projeto filosófico de Kant, tal qual delineado em 1781 na *Crítica da razão pura*. Além disso, nesta terceira *Crítica*, o filósofo aborda uma pluralidade de questões que exigem do intérprete o domínio de um amplo repertório histórico, conceitual e sistemático. Na obra, Kant introduz a noção de reflexão e a distinção entre juízos determinantes e reflexionantes, rearticulando o sistema das faculdades superiores da mente e tornando mais complexa a teoria do juízo introduzida na primeira *Crítica*; ele aborda o problema da unidade e da passagem entre a razão pura teórica e a razão pura prática; formula sua teoria do juízo estético; desenvolve seu conceito de organismo e sua concepção teleológica da natureza; articulando tudo isso, por fim, com uma teologia moral. Tendo em conta toda essa diversidade temática e pluralidade conceitual, reunimos professores e pesquisadores brasileiros cuja produção se refere a temas, tradições filosóficas e/ou autores que se vinculam com pressupostos e desdobramentos filosóficos da terceira *Crítica* e os convidamos a abordar a obra desde essa perspectiva.

Os dois primeiros artigos aqui presentes discutem os pressupostos filosófico-conceituais dos conceitos que estruturam as duas partes da *Crítica da faculdade de julgar*, “gosto” e “vida”, respectivamente. O professor Luís Nascimento (UFSCar)², a cuja memória dedicamos esse volume, tratou da noção de “gosto” no contexto da filosofia britânica e o professor Pedro Paulo Pimenta abordou a noção de “vida” no contexto científico e filosófico do séc. XVIII europeu. Os três artigos seguintes abordam os desdobramentos filosóficos da terceira *Crítica* em autores e movimentos da filosofia alemã posterior: o professor João Geraldo Cunha (UFLA) abordou a radicalização da noção de reflexão em Fichte; o professor Pedro Galé (UFSCar)

1 Grupo de pesquisa cadastrado no CNPq e coordenado pelos professores Bruno Nadai, Fernando Mattos e Michela Bordignon. A proposta do Ciclo de Conferências surgiu no início de 2020, no contexto da transposição das atividades do grupo de pesquisa para o ambiente virtual, em decorrência da pandemia de Covid-19.

2 Infelizmente o colega Luís Fernando dos Santos Nascimento faleceu em junho de 2022, enquanto esta publicação estava em preparação. Luis foi um filósofo brilhante, professor na UFSCar, muito querido por seus alunos, colegas e amigos. Ele participou do Ciclo de Conferências on-line que deu origem a este volume e submeteu seu artigo para a publicação pouco tempo antes de nos deixar. Além dessa publicação póstuma, vocês encontram adiante uma homenagem escrita para ele pelo professor Pedro Paulo Pimenta, seu amigo pessoal de longa data.

tratou das tensas relações entre o romantismo alemão e a teoria estética kantiana; enquanto o professor Francisco Prata (UFSCar) abordou o desenvolvimento da noção de natureza orgânica em Schelling. Por fim, os dois últimos artigos, extrapolando a discussão dos pressupostos e desdobramentos da terceira *Crítica*, tratam da recepção da obra no Brasil. O professor Vinicius de Figueiredo, Tiago Zúchi, Lorenna Marques, Egle Lopes e André Penteado (todos da UFPR) apresentam um recenseamento de todas as dissertações de mestrado e teses de doutorado sobre a terceira *Crítica* defendidas no Brasil nos últimos 40 anos. Por fim, o professor Ricardo Terra (USP) discorre sobre uma série de marcos institucionais que determinaram a institucionalização da pesquisa kantiana no Brasil, além de oferecer um depoimento sobre seus anos de formação.

A ideia de compreender uma obra filosófica a partir de seus pressupostos e desdobramentos revela certos compromissos hermenêuticos que, ainda que não conformem um método, certamente nos dão ocasião para alinhavar algumas considerações oportunas. O estudo dos pressupostos e desdobramentos de uma obra filosófica aparece aqui, evidentemente, como uma tarefa subsequente à sua compreensão textual. Assim, a compreensão da estrutura e/ou arquitetura conceitual da obra se apresenta como momento fundamental, mas que não é tomado como objetivo último da atividade do intérprete. De certo que a natureza filosófica dos temas e problemas de que trata um autor apenas se revela pela letra de seu texto, segundo uma ordem lógica que estabelece sua estrutura interna. Essa estrutura pode e deve, em um primeiro momento, ser objeto de um estudo detido e meditado, capaz de revelar sua ordem de razões. No entanto, o leitor não será capaz de extrair uma ampla compreensão histórica e filosófica da obra se, em um momento subsequente, ele não for capaz de relacionar o conteúdo nela estruturado com o conteúdo estruturado em outros sistemas, que oferecem diferentes respostas a problemas semelhantes ou que abordam novos temas ou problemas, aos quais essa própria dá lugar.

Após uma leitura atenta, cumprida a etapa de compreensão textual, o intérprete pode maravilhar-se, espantar-se, não entender e até mesmo temer a dedução transcendental das categorias, mas ele pouco poderá dizer de seu sentido filosófico se não for capaz de relacioná-la, por exemplo, com o problema da realidade objetiva das ideias em Descartes ou com o problema da causalidade em Hume. E o horizonte interpretativo desse leitor certamente se ampliará, eis outro exemplo, se ele puder ver na doutrina da ciência de Fichte a recusa do conceito de uma coisa em si mesma e a radicalização do idealismo transcendental. Assim também, o intérprete pode e deve acompanhar passo a passo a análise dos conceitos de boa vontade e dever, contar e recontar as diferentes formulações do imperativo categórico na Fundamentação da metafísica dos costumes, mas sua compreensão do sentido histórico e filosófico do conceito de autonomia moral certamente ganhará em profundidade se ele puder entender o imperativo categórico como uma resposta às filosofias do sentimento moral, do perfeccionismo wolffiano e da *Populärphilosophie*. Da mesma forma, a compreensão do sentido filosófico da doutrina kantiana da moralidade como autonomia se aprofunda quando o intérprete conhece a crítica ao formalismo moral apresentada nos Fundamentos da Filosofia do Direito de Hegel.

Esses são apenas alguns exemplos possíveis da ideia de se compreender uma obra a partir da maneira como ela se relaciona com seus pressupostos conceituais ou se desdobra em novos temas e problemas, ao ser apropriada por filósofos posteriores. Os textos deste volume são contribuições escritas com o mesmo espírito. Esperamos, assim, encontrar na leitora e no leitor destas páginas não um interesse fortuito, mas sobretudo a disposição a engajar-se com os textos de Kant, revisitando seus pressupostos conceituais e considerando seus desdobramentos em outros sistemas filosóficos.